

PM5 FMS 11/11/11
BIBLIO 124
R. Tonda
Cid: 15 106 106
Cidade: Salvador
Estado: 04
Assunto: Defesa Civil

EMERGÊNCIA | Município vai pedir R\$ 20 milhões ao governo federal

Prefeitura diz não possuir recursos para recuperação

PATRICIA FRANÇA
franca@grupointer.com.br

O secretário municipal da Fazenda, Reub Celestino, disse ontem, após tomar pé do tamanho do estrago provocado pelas chuvas em Salvador, que a prefeitura não teria, sozinha, condições de bancar a sua recuperação. No momento, a prefeitura já opera com recursos negativos da ordem de R\$ 150 milhões, acumulados ao longo dos últimos anos. É o montante estimado pelo Executivo para tocar as obras emergenciais e atender desabrigados é de R\$ 20 milhões.

É essa verba que o prefeito João Henrique irá pleitear amanhã, em Brasília, ao ministro da Integração Regional, Pedro Brito. João viaja em companhia do ex-ministro nas Relações Institucionais, Jaques Wagner, pré-candidato do PT ao governo da Bahia.

Reub Celestino, que disse ter ficado impressionado com as fotos que viu das áreas destruídas pela chuva, informou que a arrecadação mensal do Tesouro Municipal está em torno de R\$ 100 milhões, fruto da arrecadação com ISS, IPTU, ICMS e outros. Somam-se a isso receitas de transferências da União e do Estado, que representam 52% do orçamento previsto para este ano, de R\$ 2,1 bilhões.

"Não há sobras. Ao contrário. A cidade demanda mais recursos do que arrecada", informou Celestino, explicando que não há problema contábil na prefeitura, mas uma preocupante questão financeira, pela falta de dinheiro nos cofres públicos.

Reub explicou que o choque de gestão que o prefeito João Henrique imprimiu logo que assumiu a prefeitura não funcionou, porque as demandas de infra-estrutura da cidade são bem maiores do que a capacidade de arrecadação do

#

R\$ 150

milhões é o total de recursos negativos, acumulados nos últimos anos, com que a prefeitura está operando.

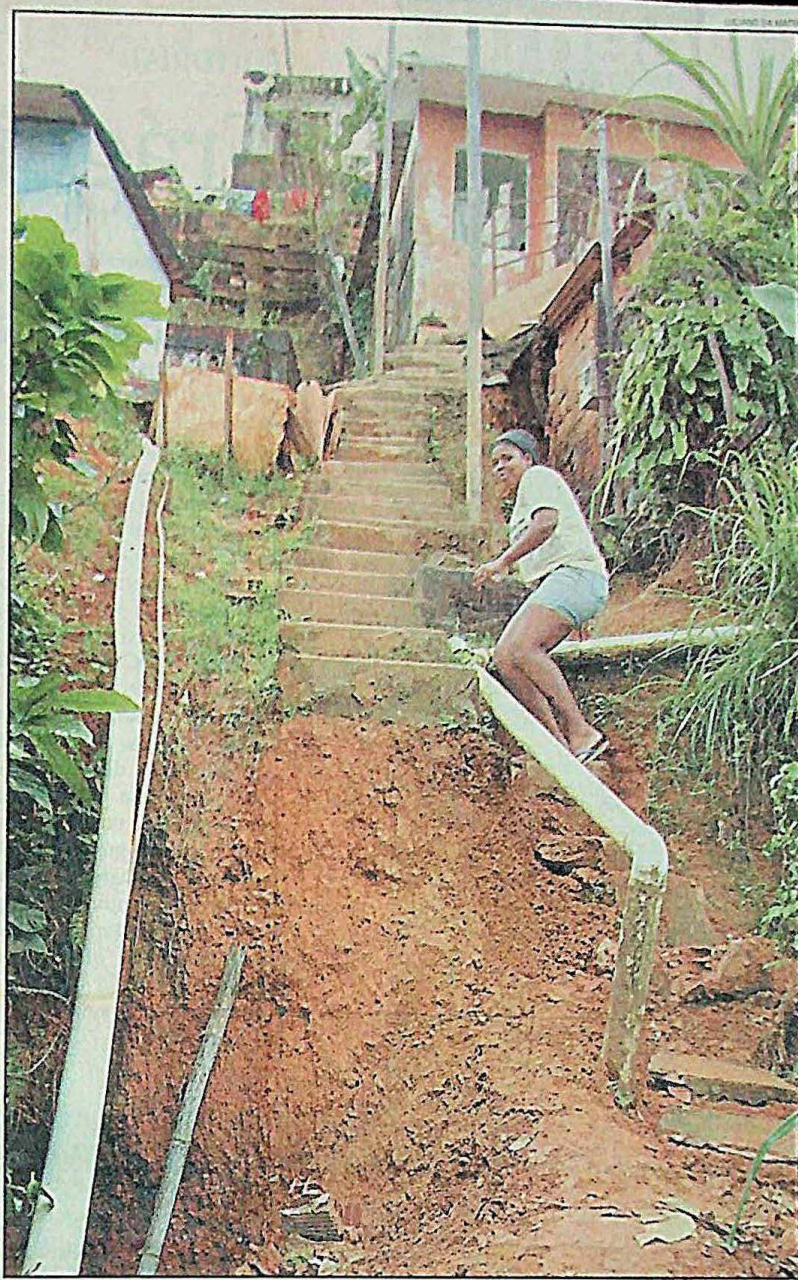
Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda

município.

O secretário observa que Salvador, embora seja a terceira capital do País, é a penúltima em arrecadação per capita, perdendo apenas para Teresina (PI). "Historicamente, a cidade é muito pobre e temos poucos indústrias", disse ele. "Para atender minimamente às nossas necessidades, a nossa arrecadação teria que ser uma vez e meia maior que a atual".

Apesar do problema de caixa, há quem faça críticas à gestão do prefeito João Henrique. Líder da oposição na Câmara Municipal, o vereador João Bacelar (PTN), considerou acertada a decisão do prefeito em buscar verba emergencial em Brasília. Ele acha, no entanto, que parte das dificuldades enfrentadas pela prefeitura é fruto maior da "desorganização das finanças" municipais.

O opositor considera irreal o orçamento estimado para 2006, superior a 48% ao arrecadado no ano passado. Ele assinala que, enquanto a arrecadação mu-



Deslizamentos de terra, como ocorrido na Baixa de Santa Rita, em Pau da Lima, ajudaram a elevar prejuízos

nicipal cresceu apenas 2,5% nos quatro primeiros meses do ano, a prefeitura prevê que as despesas correntes com custeio da máquina (exceto salários) consumirão quase 70% do orçamento.

O vereador Rui Costa (PT), presidente da Comissão de Orçamento, Fiscalização e Finanças da Câmara, confirmou a superestimativa de receita no orçamento. "Ad-

vertimos o Executivo sobre isso na época da elaboração orçamentária, mas a explicação que nos foi dada é que haveria um injeção de recursos adicionais".

Ocorre que essa previsão não se concretizou. O programa que permitiu parcelar as dívidas municipais (Refis) só negociou cerca de R\$ 180 milhões dos R\$ 300 milhões previstos.

O projeto prevendo alterações no Código Tributário e atualização da base de cálculo do IPTU e ISS (Imposto sobre Serviços) não saiu do papel. Só a descentralização da Saúde efetivamente ocorreu, com um aporte adicional para o município de R\$ 200 milhões. "O que é preciso, agora, é que a execução das obras acompanhe as receitas reais", assinala Rui Costa.

Estragos das chuvas levam prefeito a Brasília

ADILSON FONSECA
dasilson@grupointer.com.br

Com recursos míngua para manutenção da cidade em 2006, no valor de R\$ 24 milhões, a Prefeitura de Salvador diz que não tem condições de, sozinha, bancar os consertos na infra-estrutura da cidade, danificada por causa das últimas chuvas. O valor é praticamente igual ao prejuízo estimado causado pelas chuvas - R\$ 20 milhões -, que de abril até ontem tinham desabrigado 817 famílias em toda a cidade e registrado 5.192 ocorrências.

Pelo menos esse é o argumento que deverá ser apresentado na próxima terça-feira, às 11h30, em Brasília, durante a audiência que o prefeito João Henrique vai ter com o ministro da Integração Regional, Pedro Brito. O prefeito justificou a decretação da situação de emergência - a segunda em dois anos de mandato - como forma de conseguir ajuda financeira para obras emergenciais na cidade, e que não podem ser realizadas apenas com base no orçamento municipal. O decreto foi publicado ontem no Diário Oficial do Município.

Até ontem à tarde, o governador Paulo Souto, a quem cabe homologar ou não o decreto da situação de emergência, após parecer da Coordenação de Defesa Civil (Cordec), não tinha se pronunciado sobre o assunto. Segundo sua assessoria, o governador estava na região de Guanambi.

O decreto de situação de emergência não é garantia de recursos para a cidade. A informação é da Secretaria Nacional de Defesa Civil, que funciona vinculada ao Ministério da Integração Nacional, em Brasília. Para isso, além da homologação do governador, o decreto precisa ser reconhecido pelo ministro da Integração.

Segundo a Secretaria Nacional de Defesa Civil, a decretação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública não é e não deve ser feita com o objetivo único de recorrer aos cofres do Estado ou da União, para solicitar recursos financeiros. (Colaborou Umberto de Campos da Sucursal de Brasília)



Robson dos Santos considera baixo o valor da indenização oferecida



Três Manguieiras: crianças brincam alheias aos transtornos da chuva



Beira Rio: Sônia do Carmo teme as rachaduras na parede de sua casa

Alagamentos causam problemas

JANE FERNANDES
jane@grupointer.com.br

Um levantamento feito pela Defesa Civil de Salvador (Codetal) em 2000 já apontava a Baixa de Santa Rita, em Pau da Lima, como área de alagamento. Seis anos depois, a agonia diante do aguaceiro que invade as casas, enturba os móveis e danifica aparelhos eletrônicos permanece. O quadro se repete na Baixa Fria (São Marcos) e na Vila das Mangueiras (Canabral), outras localidades destacadas pela prefeitura municipal como perigosas do estado de emergência decretado anteriormente.

Preocupados com os prejuízos causados pela chuva, os moradores dessas áreas vivem isolados e sempre prontos

para começar de novo. Passado o surto pela manilha que se rompe, espalhando água fétida, chega a hora de fazer os reparos. Com os pés dentro do córrego que recebe todo o esgoto da Baixa de Santa Rita, o carpinteiro Alfredo Santos de Santana, 56 anos, coloca uma nova ponte de madeira - a antiga foi arrastada pelas chuvas da semana - e apressa para fazer uma limpeza. "A gente tem medo de adoecer, mas acaba se acostumando com isso", afirma.

A mesma disposição é demonstrada por Eduardo Palmeira, 44 anos, pintor, morador da Vila das Mangueiras. Chamado de salva-vida pela vizinhança, é ele quem resgata as crianças afundadas em suas precárias casas. Apoiado por uma igreja evangélica situada em

São Marcos, alguns moradores do local se abrigam no templo quando esquentando a chuva forte desaba sobre a capital baiana. "A Codetal diz que não tem ajuda financeira para quem vive em zona de alagamento", reclama Rosineide Almeida, 35 anos, citando o programa de apoio voltado para moradores de áreas de risco de desabamento.

O papel do poder público também é criticado pelos que residem na Baixa Fria. "Quando está chovendo, ninguém pode entrar nem sair da minha rua", contou Noréia Carvalho Maciel, 52 anos. Ela diz que tudo ficou mais difícil depois da construção da Avenida Gil Costa, quando várias casas foram desapropriadas e tiveram móveis de estuagem que caíram no canal.

Chuvas tiram sono de moradores

PRISCILLA DIBAI
priscilla@grupointer.com.br

Quem mora próximo às encostas está temeroso com o volume de chuva que cai sobre a capital baiana. No bairro de São Caetano, por exemplo, a situação é preocupante. Antontem e ontem desabaram quatro casas na favela A, Quadra G, de acordo com moradores. A encosta, antes cheia de casas, hoje apresenta um vão de destruição.

A cabeleireira Maria Lúcia de Souza, apesar da recomendação da Coordenação Especial da Defesa Civil (Codetal), é uma das poucas que ainda não se mudou. "Não durmo. Estou afim. Sei que tenho de me mudar com urgência, mas preciso que a Codetal me ajude

pelo menos com o aluguel".

Na Chácara de Santo Antônio, na região do Santo Antônio Além do Carmo, é possível ver a fragilidade das casas e o risco iminente de desabamento. Duas já desmoronaram: uma do lado direito de quem chega, mais ao topo, e outra no esquerdo, na parte de baixo do muro.

A Codetal esteve no local e avaliou as casas para a retirada dos moradores. No entanto, a maioria não quer sair e reclama do valor da indenização. "A Codetal quer pagar de R\$ 700 a R\$ 2.600 pelas casas de madeira e de R\$ 6 mil a R\$ 8 mil pelas de tijolo. É muito pouco", afirma Robinson de Oliveira, 21 anos.

No bairro de Santa Luzia do Lulato, no subúrbio ferroviário, a casa de número 35 na Avenida

Sergipana está sob risco evidente. Parte da calçada já cedeu, e, com a continuidade das chuvas, o desabamento pode ser inevitável. Outra casa, na parte de baixo da encosta, começou a desabar antontem e os moradores, preocupados, se mudaram.

Em Nova Constituição, em Periperi, a ação de alguns moradores agrava o risco de desabamento. "Tem umas pessoas que cavam e tiram o barro da encosta", conta afim a manicare Ednaide Dias.

Em muitos imóveis, as paredes estão rachadas e condenadas pela Codetal. É o que acontece com a casa de Sônia Silva. "A chuva está acabando com a casa, mas eu não tenho para onde ir com meus seis filhos".